

II. Deliberações

Câmara Municipal

- 1. Aprovação da ata n.º 54/2024, da reunião ordinária de 19 de fevereiro de 2024.**

XIII MANDATO

ATA N.º 54/2024

Reunião Ordinária Pública de 19 de fevereiro de 2024

Ao décimo nono dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas e trinta minutos, no Edifício GNRation, situado na Praça Conde de Agrolongo, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Vítor Manuel Jorge Rodrigues** (CDU). -----

Secretariou: **Mónica Alexandra Machado Gonçalves Castro**, da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período de antes da ordem do dia. -----

----- Iniciou o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que em nome do Partido Socialista propôs um voto de louvor a “Sebastião Peixoto” por ter ganho no passado dia 9 de fevereiro, com a ilustração realizada para o editorial do jornal Público de 21 de outubro de 2023, o Prémio de Excelência, na categoria Editorial, da 65ª Competição Anual de Ilustração do Communication Arts, jornal profissional de design e comunicação visual com sede em Belmont, Califórnia, nos Estados Unidos da América. Sebastião Peixoto nasceu em Braga em 1972 e licenciou-se em pintura pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto. Vive em Braga, onde trabalha desde 2008 como ilustrador freelancer, colaborando com várias editoras nacionais e estrangeiras. Tem mais de vinte títulos infantojuvenis publicados e diversas participações em fanzines, revistas e jornais. Participa regularmente em exposições coletivas de pintura e ilustração, em Portugal e no estrangeiro, tendo já recebido numerosos prémios e distinções, como uma Menção

Honrosa no 7.º Encontro Internacional de Ilustração de São João da Madeira, em 2014, a inclusão no Catálogo Ibero-Americano de Ilustração, em 2016, a Medalha de Ouro do Prémio Thesif na Feira de Ilustração de Seul, em 2017, o Prémio de Mérito da revista norte-americana de ilustração contemporânea 3X3 Magazine e o Grande Prémio BIG da 3.ª Bienal de Ilustração de Guimarães, em 2021, ou o Prémio de Excelência na 64.ª Competição Anual de Ilustração do Communication Arts, em 2023.” -----

----- Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que em nome do Partido Socialista propôs um voto de pesar pela morte do Engenheiro Basílio Mendes Abrantes que foi Vereador na Câmara Municipal de Braga durante três mandatos e Presidente do Conselho de Administração dos TUB. Pelo **Presidente da Câmara** e em nome de todo o executivo, foi unanime o voto de louvor a Sebastião Peixoto e o voto de pesar ao Engenheiro Basílio Mendes Abrantes. -----

----- Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que questionou sobre a implementação de uma proposta que a CDU fez há mais de um ano, e que foi aprovada pela Assembleia Municipal, onde se propunha que nas Piscinas Municipais houvesse sempre uma pista livre para usufruto dos utentes em geral. Em segundo lugar, informou que lhes foi dado conta que existe uma casa de banho, no parque de estacionamento da Avenida Central, que era de uso público e tinha uma sinalética que o indicava. Acrescentou, que essa mesma sinalética, foi retirada pelo concessionário, ou seja, que existe uma estrutura com determinada finalidade, mas que, “e por vontade do concessionário” não existe a informação de que aquela casa de banho é pública. De seguida, quis acrescentar uma nota relacionada com o projeto Supera, do ginásio da zona do Braga Parque, afirmou ter recebido uma informação de que estavam a ser arrancadas árvores por intervenção da Câmara Municipal. Questionou o porquê de ser a Câmara Municipal a assegurar esta intervenção, o que irá acontecer às árvores, e o que “foi feito” da petição dos moradores que estaria a ser avaliada pela Comissão Municipal do Urbanismo acrescentando que a intervenção começou antes de ser dada uma resposta formal à petição dos moradores. Quis, ainda, saber qual foi o custo da operação e mencionou que era importante manter aquele espaço verde, por ser uma zona onde “os indicadores de poluição ombreiam com Lisboa e Porto”. Referiu que existem linhas de água que atravessam aquele espaço e que há um parecer positivo da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) relativamente ao projeto, que se baseia em elementos que podem não corresponder àquilo que, efetivamente lá está implantado. Em resposta, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, explicou que as árvores que começaram a ser removidas vão ser replantadas noutro local, adiantando que os promotores do ginásio “não tinham interesse nas árvores” e que a remoção das mesmas coincide com a época do ano propícia para essa plantação. Em relação à petição apresentada pelos moradores contra a construção do ginásio informou que esta não irá mudar a decisão dos órgãos municipais

sublinhando que os contratos foram assinados e estão em vigor e que a obra irá mesmo avançar. Em resposta à questão da casa de banho do parque de estacionamento da Avenida Central, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, esclareceu que desconhecia a retirada da sinalética, indo apurar as circunstâncias, uma vez que essa casa de banho só esteve inibida de acesso no período do COVID. Em resposta ao acesso às piscinas tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo**, para explicar que “quando nos foi colocada essa questão já tínhamos alinhado toda uma estratégia para a época desportiva” informando que na próxima época, em outubro, ao programarem a utilização das piscinas este assunto poderá ser tido em conta esclarecendo que existem horários ao público que têm pouca aderência e que se deve dar primazia às crianças e jovens uma vez que têm horários definidos a nível escolar e dos trabalhos de casa ficando os horários ao público posteriores ao das crianças e jovens. -----

----- Pelo **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, foi proposto o seguinte voto de louvor: -----

----- **Voto de louvor** à atleta Bracarense Mariana Machado, que se sagrou Campeã de Portugal na prova dos 3.000m, no dia 17 do corrente mês, no Pombal e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades da atleta, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

----- ORDEM DO DIA -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período da ordem do dia. -----

Para **conhecimento e informação**, foi presente o **resumo da tesouraria, referente ao dia 12 de fevereiro de 2024**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. ---

----- DELIBERAÇÕES -----

1. **Aprovação da ata n.º 53/2024**, nos termos do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que solicitou, uma pequena retificação na pág. 7 e 8 da alusiva ata. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que referiu que seriam feitas as alterações solicitadas. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

2. CPE.14.22. DMOSM - REQUALIFICAÇÃO DO TÚNEL RODOVIÁRIO DA AVENIDA: Modificação Objetiva do Contrato (1.º Adicional ao Contrato de Empreitada). “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, da empreitada identificada em epígrafe, autorização para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de 363.405,01€ + IVA, supressão de trabalhos no valor de 224.685,54€ + IVA e aprovação da prorrogação do prazo por 30 dias e da minuta do aditamento ao contrato. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que manifestou preocupação com as obras do túnel da Avenida da Liberdade que poderão ser prolongadas “para lá do desejável” e “sobreponem-se sobre acontecimentos importantes da cidade, como o S. João.” **Deliberado autorizar e aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

3. CPE.11.22. DMOSM - Requalificação da piscina municipal do Complexo Desportivo da Ponte - 3ª Modificação Objetiva ao Contrato. “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal da empreitada identificada em epígrafe, para autorização para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de 35.559,72€ + IVA, supressão de trabalhos no valor de 9.399,48€ + IVA e aprovação da prorrogação do prazo por 30 dias e da minuta do aditamento ao contrato. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado autorizar e aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

4. CPE.12.23. DMOSM - “Repavimentação dos quarteirões residenciais da Quinta dos Congregados, S. Victor – 1.ª fase” - Ratificação da aprovação do conteúdo do 1.º e 2.º Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas, incluindo a ratificação da aprovação da adjudicação

e aprovação da minuta do contrato. “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal da empreitada identificada em epígrafe, para ratificação a decisão do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de 22 de janeiro de 2024 que aprovou o conteúdo do 1.º Relatório Final, assim como a decisão de 9 de fevereiro de 2024 que aprovou o 2.º Relatório Final, onde se inclui a aprovação da adjudicação da presente empreitada e aprovação da minuta do contrato. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

5. Reconhecimento de Interesse Público Estratégico – Serralharia Cunha, SA – Deliberação final. “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à deliberação da Assembleia Municipal, informação de não oposição ao pedido de Reconhecimento de Interesse Público Estratégico para a atividade a desenvolver pela Serralharia Cunha, S.A. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com a abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

6. Reconhecimento de Interesse Público Estratégico – LIVING LAB – Deliberação final. “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à deliberação da Assembleia Municipal, informação de não oposição ao pedido de Reconhecimento de Interesse Público Estratégico para a atividade a desenvolver por LIVING LAB. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos**

Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com a abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e remeter à Assembleia Municipal para aprovação. -----

7. Classificação da fonte de Santiago como monumento de interesse municipal, situada na rua da Boavista – União das freguesias de braga (Maximinos, Sé e Cidade) - Decisão final. “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de classificação como Monumento de Interesse Municipal da fonte de Santiago como monumento de interesse municipal, situada na rua da Boavista – União das freguesias de braga (Maximinos, Sé e Cidade) – Decisão final, nos termos do disposto no n.º 3.º do art.º 29º da Lei nº 107/2001, de 8 de setembro. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do respetivo processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade. -----**

8. Projeto de Regulamento de Atribuição do Prémio Municipal de Reabilitação Urbana - Reabilita Braga – Consulta Pública. “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta para a submissão do Projeto de Regulamento de Atribuição do Prémio Municipal de Reabilitação Urbana - Reabilita Braga a consulta pública, para recolha de sugestões, pelo período de 30 dias úteis, nos termos previstos no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade. -----**

9. Proposta de Minuta de Protocolo com Organização das Nações Unidas para a Educação, a ciência e a cultura, UNESCO. “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, proposta de minuta do protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Braga e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a ciência e a cultura, UNESCO, nos termos da alínea u) e v) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade. -----**

10. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com Hóquei Clube de Braga – Hóquei em Patins Sad (época de 203/2024). “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com Hóquei Clube de Braga – Hóquei em Patins Sad, para a época de 2023/2024, no valor correspondente a 50% do valor

total da viagem (14.570,00€), ou seja 7.285,00€ (sete mil duzentos e oitenta e cinco euros), para fazer face às despesas com a participação do H.C.Braga nas Competições Europeias de Clubes Final (Coutras – França), nos termos do n.º 1 e alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

11. Atribuição de apoios financeiros a freguesias: “Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros: **a)** UF. Real, Dume e Semelhe - Procissão dos Passos de Real **b)** UF. Celeirós, Aveleda e Vimieiro - Procissão dos Passos de Celeirós **c)** F. Esporões - Revisão de Preços – Requalificação do Edifício do Salão Polivalente da Freguesia de Esporões **d)** F. Tadim Honorários/projeto requalificação do pavilhão **e)** F. Sobreposta - Requalificação do Beco do Outeiro **f)** F. Figueiredo - Procissão do Senhor dos Passos – **g)** UF. Cabreiros e Passos (S. Julião) - Procissão dos Passos de Cabreiros **h)** F. Mire de Tibães - Criação de novas sepulturas no cemitério.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

12. Atribuição de apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas Trigoal de Santa Maria “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta para apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas Trigoal de Santa Maria, no valor total de 1.532,70€ (mil quinhentos e trinta e dois euros e setenta cêntimos), para apoiar o Projeto “A Escalada vai à Escola!”, nos termos do n.º 1 e alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

13. Regularização de dívidas anteriores a 2017 e das faturas emitidas de contraordenações rodoviárias entre os anos de 2017 e 2020. “Submete-se para a apreciação e votação pelo Executivo Municipal a anulação das dívidas, nos termos do n.º 2, do artigo 11.º das Normas de Execução Orçamental para 2024. Tudo de acordo com documentos constantes no processo.” Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, para dar nota que no presente, a Câmara Municipal tem um procedimento na gestão Municipal nesta componente da gestão da receita que inviabiliza qualquer situação destas para o futuro, esclarecendo que é acionada imediatamente a execução através de

penhora com as finanças de qualquer dívida que esteja pendente nos serviços Municipais e informou que se estabeleceu um protocolo com a direção geral de contribuições e impostos (DGCI). **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

14. Isenção de taxas e outras receitas municipais - Proposta de Deferimento. Submetem-se para apreciação do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a)** dos n.ºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º **b)** do n.º 4 do artigo H-1/16.º. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.** -----

15. Atualização/alteração da Tabela de Preços e Outras Receitas Municipais. “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as seguintes atualizações/alterações da Tabela de Preços e Outras Receitas Municipais, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 73/2017, de 03 de setembro: **a)** Proposta de revisão do articulado nos artigos 4.º e 5.º da Tabela de Preços e Outras receitas Municipais; **b)** Proposta de atualização dos preços previstos no n.º 7º do artigo 8º da Tabela de Preços e Outras receitas Municipais – Parque de Campismo; **c)** Proposta de alteração dos preços previstos no n.º 10.1º do artigo 8º da Tabela de Preços e Outras receitas Municipais – Exame médico desportivo; **d)** Proposta de revisão do articulado no artigo 9º da Tabela de Preços e Outras receitas Municipais – Corpo de Bombeiros; **e)** Proposta de inclusão do artigo 15.º na Tabela de Preços e Outras receitas Municipais - Refeitórios Escolares da rede pública dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário do Município de Braga; **f)** Proposta de inclusão do artigo 16.º na Tabela de Preços e Outras receitas Municipais – Cemitério. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo**

Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. -----

16. Estratégia Municipal de Educação Ambiental. “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, a Estratégia Municipal de Educação Ambiental e respetiva Programação, tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, para deixar algumas notas sobre este ponto. Questionou acerca da avaliação da estratégia, porque existem iniciativas que se inserem em mais do que uma estratégia querendo, então, perceber em qual das estratégias será avaliada. Acrescentou, ainda, que uma parte significativa das estratégias acabavam por ser um “conjunto de iniciativas que já se realizam por este executivo”, e por este motivo entende-se ser interessante distinguir o que é novo nesta estratégia daquilo que é algo que “já vem de trás”. Por fim, afirmou existir uma questão que precisava de compreender melhor, relativamente à implementação das medidas, dado que, no final de cada uma das medidas está o organismo que é responsável pela execução de cada uma, mas “não é claro como é feito o acesso e a forma de implementação da estratégia, nem qual é o pacote financeiro que vai ser afetado a esta estratégia e quais são os indicadores de avaliação desta estratégia a nível da sua implementação”. Entendeu ser necessário e importante uma estratégia a nível Municipal para promover a Educação Ambiental junto da população, mas deve haver mais informação em alguns detalhes. Interveio o **Vereador da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bessa**, que agradeceu os contributos da Vereadora Sílvia Sousa e explicou que, de facto, algumas das iniciativas já são feitas, no entanto, existem outras que ainda não foram realizadas, mas que faz parte dos objetivos proceder à execução das mesmas. Relativamente ao ponto de vista financeiro, Altino Bessa, esclareceu que os valores ainda não se encontram quantificados, porém, afirmou que poderá “tentar fazer esse exercício”. Ainda durante a intervenção, quis deixar claro que a estratégia mencionada é uma estratégia nacional e feita pelo governo, e que o município “dentro da especificidade que tem” tenta ir de encontro com uma Estratégia Municipal de Educação Ambiental que é “vasta na ação” e que não tem uma direção específica estando incluída toda a população e o setor empresarial. Acrescentou, ainda, que esta é uma proposta de trabalho que não está fechada e que foi criado o Conselho Consultivo do Ambiente e Ação Climática, onde todas as entidades e todos os particulares podem dar o seu contributo e, adiantou que neste caso específico, a estratégia será colocada no site do Município e existe o objetivo de a dar a conhecer ao maior número de pessoas, para que possam dar os seus contributos. Por fim, quis deixar um “desafio” à Vereadora Sílvia Sousa, convidando-a a fazer chegar algumas das preocupações durante o período de consulta pública. Em resposta, a

Vereadora do PS, Sílvia Sousa, mostrou-se surpreendida com a informação relativamente ao documento e à disponibilização do mesmo para consulta, dado que “algumas das ações já decorreram em janeiro”, acrescentou, que não irá deixar nenhum contributo no período da consulta pública, uma vez que já demonstrou, na presente reunião, quais são as suas preocupações. O **Vereador da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bessa**, finalizou o assunto explicando que esta estratégia é para 2024, mas terá seguimento nos anos subsequentes. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

17. Normas de participação para o desenvolvimento do programa de férias [inclu]IR na interrupção letiva da Páscoa “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de Normas de participação para o desenvolvimento do programa de férias [inclu]IR na interrupção letiva da Páscoa de 2024, ao abrigo das alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, para sinalizar como positiva a prioridade dada às crianças com Necessidades Específicas.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.**

18. Critérios de Apoio ao Desporto e ao Associativismo Desportivo, referentes ao Ano de 2024. “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de Critérios de Apoio ao Desporto e ao Associativismo Desportivo, nos termos enunciados no Código Regulamentar do Município de Braga, no Título II – Atribuição de Apoios ao Desporto, Secção III – Da Atribuição dos Apoios, Subsecção I – Apoios Financeiros, Artigo F-2/11º - Critérios de Seleção, ponto n.º 2. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, onde parabeniza a Vereadora Sameiro Araújo, por ter trazido o presente regulamento “que traz alguma igualdade aos clubes e algum critério de justiça, nomeadamente nos pontos das viagens, da representação internacional, da igualdade de género, do desporto adaptado” e questionou a possibilidade de darem um fator de valorização a clubes que comecem a apostar no desporto sénior. Continuou a intervenção afirmando que também é necessária a equidade fazendo referência aos pontos

dos projetos das infraestruturas que ficam “um bocadinho ao critério, depois da valorização dessa equidade de acordo com o projeto com o clube em causa.” Para finalizar, afirma que é saudável a existência de um regulamento deste género e que é desejável que seja estendido a outras áreas associativas com critérios bem definidos. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com a abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

19. Adesão de Braga à "Cities & regions for Cyclists" da ECF. “ Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal, proposta de adesão do Município de Braga à "Cities & regions for Cyclists", da European Cyclists Federation, e de autorização da realização de despesa no montante de 1.500.00€, para pagamento da respetiva cota anual, nos termos das alíneas c), k) e p) do n.º 2 do artigo 23.º, da alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que justificou que só faria sentido aderir a esta organização se houvesse em Braga uma infraestrutura que “desse suporte a tudo isto” dando nota que a cidade apenas tem meia dúzia de quilómetros de ciclovias e que existe falta de uma estratégia para a mobilidade referindo que se está a “pensar isoladamente a cidade para a bicicleta, isoladamente para o BRT, isoladamente para os transportes públicos, isoladamente para a circulação pedonal”. Seguiu-se a intervenção do **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que evidenciou ser importante para a cidade que esta adesão tenha um impacto positivo: “ou esta adesão tem um impacto significativo para Braga se tornar uma cidade amiga dos ciclistas ou de pouco serve”. Referiu, também, que Braga é uma cidade com desníveis muito baixos, e com condições para poder ter uma melhor circulação de bicicletas do que aquela que tem nos dias de hoje. Ainda durante a intervenção, o Vereador da CDU, Vítor Rodrigues, quis destacar a importância de uma análise, de modo que se entendam as razões pelas quais a circulação de bicicletas não se sucede, e deixou claro não acreditar que tenha apenas “a ver com a questão das vias dedicadas serem poucas”. Afirmou, ainda, que Braga não é uma cidade “amiga” das bicicletas e dos peões. Para finalizar, salientou o desrespeito que existe por parte dos automobilistas que estacionam, indevidamente, nas vias da ciclovias, e referiu que, ainda

não é dada à bicicleta a importância e o respeito que deveria ter. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que afirmou existir uma vontade da cidade estar associada a esta rede e às cidades que a compõe, e que a própria rede também quer contar com a partilha da experiência de Braga. Completou a intervenção, explicando que a partilha da experiência de Braga não será inútil, porque as políticas de Braga que promovem os modos cicláveis têm sido “recorrentemente citadas, premiadas e trazidas para discussões”, sendo este um sinal de que o município não está a agir de forma errada nessa matéria. Acrescentou, ainda, que existe “muito caminho para trilhar”, mas afirma que, no que depende da CMB, a utilização das bicicletas tem sido estimulada. Durante a intervenção abordou as condições pedonais da cidade, dizendo que acha “absurdo quaisquer juízos que sejam feitos em relação aos modos pedonais, porque não há cidade que tenha as condições que a cidade de Braga tem para os peões.” Informou, que nos últimos tempos, têm sido registadas mais críticas de pessoas a contestar as políticas que o Município tem adotado para promover os modos cicláveis em detrimento de outros modos de transporte, do que críticas às opções de estimular esses mesmos modos por parte dos potenciais utilizadores. Concluiu, dizendo que o Município possui uma estratégia que irá continuar a seguir, e que a participação nesta rede é útil para que a mesma possa ser enriquecida. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, onde destacou que, embora o centro da cidade de Braga seja adequado para pedestres, essa realidade não se estende além do centro histórico. Apontou problemas como o estado precário dos passeios, a falta de passeios em algumas áreas, a ausência de sinalização adequada em passeadeiras e a insuficiente iluminação em certos locais, o que torna desconfortável caminhar pela cidade fora do centro histórico. Discordou ainda da ideia de que não há motivos de queixa em relação à experiência pedonal em Braga, enfatizando que a cidade tem todas as condições para oferecer uma experiência mais satisfatória aos pedestres em toda a sua extensão e não só no centro histórico.

“Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, o voto contra dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com a abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. -----

20. Atualização dos tarifários nos Parques de Estacionamento Avenida Central, Campo da Vinha, Sotto Mayor. “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de atualização do

tarifário dos Parques de Estacionamento da Avenida Central, Campo da Vinha e Sotto Mayor, ao abrigo do artigo n.º 2, do artigo n.º 23 e do artigo n.º 33 da lei 75/2013, tudo de acordo com os documentos que constam do processo.” -----

21. Atualização dos tarifários nos Parque de Estacionamento da Praça da Galiza - Atualização do tarifário. “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de atualização do tarifário do Parque de Estacionamento da Praça da Galiza, ao abrigo do artigo n.º 2, do artigo n.º 23 e do artigo n.º 33 da lei 75/2013, tudo de acordo com os documentos que constam do processo.” Em relação aos pontos **20 e 21** iniciou o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, para dar nota que “por mais despropositado que isso nos pareça, e a mim parece-me, o que a câmara municipal tem de fazer em relação aos tarifários dos parques de estacionamento privados é verificar a conformidade formal desses mesmos tarifários com a lei e não apreciar o interesse estratégico dos respetivos preçários à luz daquilo que é a opinião do município e seus representantes.” Explicou que a concordância que têm de dar em relação a estas propostas tem a ver com essa conformidade formal e não com qualquer tipo de concordância com essa matéria. Informou ainda, que a notícia relativa aos parques de estacionamento não é verdadeira, uma vez que estes parques não são concessionados pela câmara municipal, sendo parques privados que foram vendidos pelo Município, não tendo esta responsabilidade sobre a gestão dos mesmos. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que demonstrou o seu desconforto em votar num assunto que já está em vigor. Defendeu que o Município deveria compatibilizar uma estratégia com os operadores privados para tornar menos atrativo o estacionamento à superfície como já acontece na maior parte das cidades europeias da dimensão de Braga. Informou que, atualmente, o estacionamento à superfície é mais barato do que o dos parques privados considerando que esse desfasamento de preços faz com que muitos condutores acabem por dar voltas e estacionar em segunda fila à espera de lugar, preferindo fazer o estacionamento à superfície. Lembrou, que o Partido Socialista tinha uma proposta, que ainda hoje deveria ser refletida e pensada, o pagamento deveria ser pago de forma concêntrica, mais próximo do centro seria mais caro e mais afastado do centro mais barato, para evitar que as pessoas trouxessem o carro para o centro da cidade e que estacionassem opcionalmente nas periferias. Prosseguiu, dizendo que o importante é refletir no impacto que a questão do estacionamento e este desfasamento de preços podem trazer à cidade e que “por um lado os operadores também não querem ter um preço mais caro e os parques vazios e nós Município não queremos ter um estacionamento mais barato, mas andarmos a entupir o trânsito à espera de um lugar”. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, para referir que: “custa-nos sempre estarmos a ser postos numa circunstância em que estejamos apenas a votar numa questão de forma, e não numa questão de

conteúdo, porque nesta matéria como noutras acaba sempre por ser uma coisa inseparável da outra, e aquilo que também nos parece é que os operadores não têm razões para promoverem novos aumentos do estacionamento subterrâneo”. Em resposta ao Vereador do PS, Artur Feio, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, explicou que só faria sentido nivelar os preços no caso de os privados baixarem os seus tarifários, caso entendessem que por causa do preço à superfície ser mais baixo estariam a perder lugares, o que não acontecerá, uma vez que segundo notícias os valores dos tarifários dos parques privados serão duplicados. Esclareceu que nivelar para retirar carros da superfície seria aumentar os preços para o dobro e “isso nós não vamos fazer”. Em resposta o **Vereador do PS, Artur Feio**, rejeitou a interpretação do Presidente, afirmando que falou em “compatibilizar” e não em “nivelar” explicando ainda que não propôs o aumento do tarifário, mas uma articulação da Câmara com os privados. **Os pontos 20 e 21 foram deliberados aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com o voto contra do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

Aprovação da ata em minuta. Deliberada aprovar por unanimidade. -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----
----- Iniciou o **cidadão Miguel Lopes** que consentiu com a divulgação dos seus dados pessoais, e que apelidou o dia como sendo um dia triste, para o próprio e para o Vereador Altino Bessa, uma vez que tinham começado a retirar as árvores da Rua Luís Sousa Barbosa. Prosseguiu, justificando que afirmava ser um dia triste para o Vereador porque, em 2015 “andou com a enxada na mão a fazer as plantações”. Continuou dizendo que, se perde um espaço verde numa zona com muita intensidade de tráfego, “talvez uma das piores zonas em termos de carbono”, e isso era, também, um dos motivos para que o dia fosse “triste”. Durante a intervenção, explicou que na sua opinião, a cidade necessita de espaços verdes, que “uma coisa que a cidade está a perder são as árvores e com a perda das árvores não há projeto nenhum de descarbonização” e que, apesar de Braga ter encostas com um arvoredo bastante significativo, faltam

árvores no centro da cidade que é o local onde a poluição se concentra. Procedeu o discurso e afirmou que as obras estruturantes, em várias zonas da cidade, teriam de ser feitas, nomeadamente, a substituição de condutas de esgotos e substituição das tubagens de abastecimento de águas, mencionando as obras da Avenida da Liberdade e na zona de Lamações. Acerca das obras em Lamações, disse que, apesar de estarem já terminadas, “tem-se notado algumas intervenções para a substituição de algumas tubagens de águas pluviais, nomeadamente, na rotunda do Hotel de Lamações, tendo-se verificado o rebentamento de um dos tubos por não suportar a quantidade de água que vem das nascentes do Bom Jesus”. Continuou abordando o assunto do estaleiro da obra da ABB, afirmando que continua a ser utilizada, com a entrada e saída de camiões, que continuam a depositar algumas terras, “nomeadamente, algumas foram depositadas no Picoto”, motivo pelo qual o cidadão fez uma denúncia, denúncia essa que acabou por resolver o assunto, fazendo com que as terras nunca mais fossem despejadas no Picoto. Quis, ainda, contar que enviou uma mensagem ao Vereador, João Rodrigues, relacionada com as pedreiras, porque existia “uma intenção de se alargar a exploração da pedra e não estavam a regenerar as pedreiras”, o que levou o cidadão a sugerir que as toneladas de terra existentes em Lamações, fossem encaminhadas para as pedreiras, regenerando o espaço depois de serem plantadas árvores. Continuou a abordar o assunto das pedreiras, e contou que, apesar de serem privadas, pode fazer-se um acordo de modo que, quando existirem movimentações de terras, as mesmas sejam alocadas naquele espaço. Em seguida, referiu as obras da Avenida da Liberdade, e salientou que, nesta mesma obra, existem situações que o deixam preocupado, sendo que, uma delas, está relacionada com a escolha do projeto relativamente às árvores. Quis deixar claro, durante a intervenção, que discorda da forma como foi utilizada maquinaria “pesada” juntos das árvores já existentes, acabando por danificar parte das raízes. Sobre a plantação das novas árvores, explicou que as Faias são árvores que requerem um solo com uma boa drenagem, e de preferência em zonas com alguma humidade, existindo em Portugal, cinco espécies de Faias e nenhuma delas é aconselhada ser plantada na Avenida da Liberdade, uma vez que esta espécie não tolera temperaturas acima dos 35º graus. Referiu, novamente, as árvores onde a raiz foi “mexida”, afirmando que “muitas delas não vão sobreviver”. Mencionou, uma vez mais, a Rua Luís Soares Barbosa, deixando claro que as árvores que estão a ser transportadas e que irão ser replantadas, vão perder raízes. Acrescentou que, “no Picoto, foram plantadas na zona do parque de estacionamento uma série de árvores onde não sobreviveu nenhuma, porque nas replantações a adaptação ao solo é mais difícil”. Em seguida, e sobre o assunto das árvores do Picoto, explicou que agora estão a ser plantadas árvores numa zona onde nos “últimos anos já se tentou plantar e 90% secaram”, o que o levou a aconselhar o Vereador Altino Bessa a fazer

uma limpeza, retirando o “matagal” e a semear algumas herbáceas para que se possa fazer uma verificação do PH do solo. Ainda durante a intervenção, quis mostrar a sua preocupação em relação ao Centro de Alojamento Temporário (CAT), da Cruz Vermelha, mencionando que “a zona já era problemática, mas agora ficou pior”, acrescentou, também, que existe “cada vez mais gente nesse centro, o ambiente tem piorado e já queimaram os caixotes do lixo e os ecopontos dos prédios lá perto”. Ainda acerca do CAT, abordou a compostagem dos restos dos produtos na confeção alimentar, declarando que estão amontoados nos terrenos “sem qualquer critério”. Prosseguiu a intervenção, e falou sobre o Bairro Nogueira da Silva, mostrando não compreender como se podem alterar habitações naquele bairro sem que o Município intervenha em licenciar projetos e afirmou que aquele bairro “é terra de ninguém”. Para finalizar, voltou a referir que Braga necessita de mais espaços verdes, onde se possam concentrar mais arvoredos e que, a manutenção das árvores deve ser feita, o que o levou a questionar logo de seguida se “no regulamento do arvoredo de Braga, não foram acauteladas as questões das árvores e equipas com pessoas ligadas à botânica, que possam dar opinião sobre quais as árvores a plantar na zona de Braga” e informou que tentou aceder a esse mesmo regulamento, mas teve “algumas dificuldades”. Em resposta, o **Vereador da coligação Juntos por Braga, Altino Bessa**, explicou que, a CAT é um espaço que tem uma população que “toda a gente acha complicada”, e conta que reencaminhou o e-mail que o cidadão Miguel Lopes lhe fez chegar com as preocupações, dado que, o que acontece é dentro do Espaço da Cruz Vermelha. Quanto ao regulamento do arvoredo, o Vereador Altino Bessa comunicou não ter tido conhecimento que “o Sr. Miguel, durante os trinta dias em que o regulamento esteve em discussão, tivesse feito chegar qualquer tipo de contributo”. Em anexo documento entregue na presente reunião pelo cidadão Miguel Lopes. -----

----- Não havendo nada mais a tratar, o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

ENCERRAMENTO: às 11h25 e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Mónica Alexandra Machado Gonçalves Castro, da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos.